



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na
cerimônia de comemoração do Dia Internacional da Mulher**

Palácio do Planalto, 05 de março de 2008

Companheiro Arlindo Chinaglia, presidente da Câmara dos Deputados,
Senhoras embaixadoras,
Companheiros e companheiras ministros e ministras de estado, Dilma
Rousseff, da Casa Civil,
Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres,
Arlete Sampaio, interina do Desenvolvimento Social e Combate à Fome,
Marta Suplicy, do Turismo,
Emília Fernandes, nossa companheira, ex-secretária de Política para as
Mulheres,
Companheiro José Gomes Temporão, ministro da Saúde,
Guilherme Cassel, ministro do Desenvolvimento Agrário,
Marcio Fortes de Almeida, das Cidades,
Companheiro Edson Santos, da Secretaria Especial de Política de
Promoção da Igualdade Racial,
Companheiro Rogério Sottili, Secretário Especial interino dos Direitos
Humanos,
Companheiras senadoras,
Companheiras deputadas e deputados aqui presentes,
Minha cara Maria Fernanda Ramos Coelho, presidente da Caixa
Econômica Federal,
Senhora Nilza Iraci, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em
nome da qual cumprimento todos os integrantes do Conselho,
Meus queridos amigos e amigas jornalistas,



Companheiros e companheiras,

Primeiro, dois avisos importantes: o primeiro é que o Arlindo Chinaglia está meio chateado, porque caiu o quorum na Câmara dos Deputados. E ele, procurando saber qual a razão, veio parar neste salão. E descobriu que, no lançamento do II Plano de Políticas para as Mulheres, as mulheres ousaram, de foram redundante, deixar o plenário por duas horas para vir para cá conquistar... Desculpa, Arlindo, de outra vez, nós faremos lá dentro do Congresso Nacional. E uma notícia boa. Eu acabo de receber uma informação do meu assessor de política internacional, companheiro Marco Aurélio, que a OEA, muito rapidamente, tomou a decisão proposta pelo Brasil de criar uma comissão para investigação do incidente que aconteceu no território equatoriano, provocado pela Colômbia. Vamos ver se chegamos a uma solução boa nesses próximos dias.

Mas, companheiras, voltando ao nosso assunto aqui, eu queria que a Dilma fizesse o discurso nos meu lugar, porque já que nós somos minoria aqui, Arlindo, amplamente minoria. Na sociedade, a gente não vê porque é muita gente e a gente não olha, mas aqui neste plenário nós estamos realmente minoritários.

Em agosto do ano passado, tive a felicidade de participar da abertura da Segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. E foi com muita alegria que pudemos constatar o crescimento do número de delegadas – e também do número de participantes das plenárias municipais e estaduais – entre a primeira Conferência, realizada em 2004, e a segunda, saltamos de um mil e 800 para duas mil e 700 delegadas e delegados presentes à Conferência. E de 120 mil para 200 mil participantes diretamente envolvidas na construção de consensos durante as plenárias municipais e estaduais, que levaram à revisão do Primeiro e à elaboração do Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.



Entre a primeira e a segunda Conferência, o Brasil obteve avanços significativos na promoção dos direitos das mulheres, no enfrentamento da violência e da discriminação. E a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres desempenhou papel fundamental como instrumento efetivo de redução das desigualdades, alinhando convênios e parcerias com ministérios e órgãos federais e obtendo a adesão de 20 governos estaduais e de mais de 200 prefeituras às ações propostas. E os resultados das ações implementadas entre os anos de 2005 e 2007 foram surgindo, como consequência natural de um trabalho sério e dedicado.

Poderíamos dizer: muito já foi dito aqui, mas preciso destacar algumas coisas que deveria a Nilcéa dar o meu discurso e destacar. Acho que uma das conquistas mais simbólicas que nós tivemos foi a promulgação, aprovação e promulgação da Lei Maria da Penha. Quem participou da campanha de 2006, viu quantas vezes eu fiz discursos sobre a questão da Lei Maria da Penha. Às vezes, eu ficava receoso de que os homens que estavam ali não iriam querer voltar mais, porque... mas a reação das mulheres era uma coisa excepcional. Havia efetivamente a compreensão de que as mulheres tinham conquistado uma coisa extraordinária, porque nós sabemos que no submundo da violência nem toda ela é avisada, é descrita e é denunciada. Tem muita gente no Brasil que ainda apanha em silêncio. E nós não podemos concordar com isso.

Um outro dado importante: mais de 500 mil trabalhadoras rurais com documentação civil. Acesso ao crédito para mais de 1 milhão e meio de trabalhadoras rurais, totalizando R\$ 4 bilhões e 200 milhões de reais. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, com orçamento de R\$ 1 bilhão de reais para o período 2008-2011.

É que eu queria falar um negócio, porque a nossa companheira falou do orçamento. Eu queria fazer uma sugestão. Todo ano, nós mandamos uma peça orçamentária para o Congresso Nacional, que é de forma meticulosa discutida pelo Congresso Nacional. Eu vi que nós já temos aqui mais de 50



deputadas e senadoras. E também os homens devem participar, Nilcéa, que é preciso fazer um punhado de propostas dentro do Programa e pedir para que as deputadas e os deputados, da quantidade de emendas que eles têm que fazer para construir alguma coisa no seu município, dediquem uma pequena parcela dela para a Secretaria Especial das Mulheres, que nós vamos ter o orçamento muito maior. Você poderia ter 50 milhões a mais, 100 milhões a mais, porque é uma coisa extremamente importante isso. Agora, é preciso que tenha a emenda, o projeto bem concretizado, para poder convencer alguém de que aquilo é importante. Eu penso que como nós estamos numa luta que não interessa apenas à conquista local de uma benfeitoria, mas o que a gente fizer na política para as mulheres sempre terá uma dimensão nacional. Então, é uma sugestão para trabalhar isso nos próximos tempos. Porque a Nilcéa sabe que eu tenho um coração mole, Paulo Bernardo tem um coração duro. É assim mesmo com quem está com a responsabilidade de cuidar do dinheiro. Mesmo dentro da casa da gente, eu sou muito mais mole do que a Marisa. A molecada pede cinco pila, a Marisa faz cinco minutos de discurso para eles para não dar cinco pila, tentando oferecer dois reais e cinqüenta centavos. Eu é que sou mão aberta.

Então, eu sempre acho que as pessoas têm direito àquilo que pedem, mas nem sempre o cofre aceita a possibilidade de ter aquele dinheiro. E, sobretudo, em um ano em que nós deixamos de ter 40 bilhões do Orçamento, que nós vamos ter que trabalhar para ver como recompor, sobretudo o plano da saúde, que o Temporão fica com essa cara de anjo, aqui, quase chorando. Mas, algumas coisas nós vamos fazer, independentemente de ter sido aprovado ou não, é uma questão de honra. E nós vamos começar com uma política de família, os médicos de família nas escolas para cuidar das crianças brasileiras. A questão dos anticoncepcionais, a questão da vasectomia, nós vamos fazer, porque nós entendemos que está dentro da nossa política de planejamento familiar. Pode ser um pouco mais lento, mas vai ser uma coisa



que nós vamos levar avante, só para deixar você feliz, Temporão.

Também, nós fizemos o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas; o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização do HIV/Aids e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis; a Política Nacional de Planejamento, que nós anunciamos em São Paulo; a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, que já teve mais de 200 mil atendimentos no ano passado; os Programas Mulher e Ciência e Gênero e Diversidade na Escola; o programa Pró-Eqüidade de Gênero, tudo isso, nós já colocamos em prática e vai andando na medida em que vai havendo a evolução da sociedade e a compreensão do que isso significa.

O que eu acho importante é que vocês conseguiram produzir nas propostas que foram feitas uma dimensão maior do que tradicionalmente a gente fazia no Brasil, que era você elaborar programas que atendiam muito mais as pessoas que já estavam no movimento, as pessoas mais politizadas, as pessoas já engajadas. E, às vezes, a gente não falava com os milhões e milhões de mulheres que, muitas vezes, não compreendiam sequer o que a gente falava. Vocês conseguiram traduzir, no primeiro e no segundo plano, um conjunto de propostas com uma linguagem capaz de ser assimilável tanto por uma ex-reitora da Universidade Federal como por uma empregada doméstica ou uma trabalhadora rural, em qualquer lugar do Brasil. Esse é um avanço extraordinário e é isso que explica o crescimento rápido da participação das mulheres na vida política do País.

O compromisso deste governo com a promoção da igualdade de gênero foi ratificado logo no primeiro dia do nosso primeiro mandato, quando publicamos a Medida Provisória nº 103, criando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Mas a criação de um órgão – mesmo diretamente ligado à Presidência da República – não resolve o problema se o conjunto do Governo não estiver consciente e disposto a somar esforços na execução das ações e se a sociedade não se mobilizar em defesa das políticas públicas do



seu interesse. Foi justamente esse intenso processo de participação, coordenado pela ministra Nilcéa, que levou ao Primeiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Aqui, uma explicação importante: obviamente que quem já foi prefeito, aqui tem gente que já foi prefeito, tem gente que já foi governador de estado, tem gente que já foi ministro em outros governos. Normalmente, nós padecemos de um erro quando estamos no governo, onde as políticas públicas são das pessoas. Entra uma pessoa no ministério, então ela faz a política do Turismo. Quando ela sai, leva a política com ela, porque o outro vai fazer outra política de Turismo. Entra o ministro da Saúde, ele faz a política da saúde dele. Quando ele sai, leva embora. O outro que entra tem que fazer outra política da Saúde. E assim em todos os setores.

Qual a diferença que nós introduzimos há algum tempo, mas aperfeiçoamos agora com o PAC? Nós tínhamos criado anteriormente uma coisa chamada transversalidade, que era colocar todos os ministros envolvidos numa determinada ação de governo, para que todos eles fossem co-participantes da elaboração e da execução, todos assumissem o compromisso. Por quê? Se nós em um programa, no II Plano de Política para as Mulheres, a gente não envolver os ministérios, o que acontece? A Nilcéa apresenta um bom programa, maravilhoso. O Presidente concorda. Mas, depois, chega ao Ministério da Saúde, não é nem o Ministro que não quer, o secretário executivo fala: isso não está na nossa prioridade. Não é isso? E aí a coisa não anda. Agora, não. Na hora em que você elabora... É por isso que nós colocamos aqui 1 bilhão de reais, para que a gente possa fazer com que cada ministério cumpra com a sua fatia e esse conjunto de ministérios dá a totalidade da política que nós conseguimos elaborar. Se não, não funciona. E o PAC permitiu que nós aperfeiçoássemos isso. Graças ao PAC, a gente aprendeu a aperfeiçoar isso.

Então, nós temos o Territórios da Cidadania, que envolve 19 ministérios. Nós temos a política ambiental, que envolve 13 ou 15 ministérios. Nós temos o



PAC da Saúde, que envolve vários ministérios. Nós temos a política de educação que envolve vários ministérios. Todos sabendo que cada um tem que dar uma parcela do seu orçamento para que aquela política que era feita no seu ministério seja feita diretamente no ministério afim. E isso tem possibilitado à gente concretizar as políticas com mais precisão.

E é precisamente o enorme respaldo obtido na II Conferência que, com certeza, levará ao sucesso também do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este novo Plano representa uma extraordinária união de esforços do Governo Federal para fazer avançar as políticas para as mulheres. Como disse a nossa companheira Nilcéa, são 394 ações distribuídas em 11 áreas estratégicas – entre as quais seis novas – definidas na II Conferência Nacional. São elas: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão – espero que não com muita pressa, vocês vão devagar, porque senão vocês vão criar um outro segmento da sociedade chorando, reclamando; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, em especial atenção às jovens e idosas.

Também aumentou de 11 ministérios e secretarias especiais para 19 os órgãos do governo federal que participam do Comitê de Monitoramento e Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além da representação dos governos estaduais e municipais e da representação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Posso dizer que esse aumento é proporcional ao crescimento de nossas ambições. Já fizemos muito, mas queremos fazer muito mais e melhor por todas as mulheres que vivem no Brasil.



Aqui há um dado importante: nos números aqui, tem só 20 governadores que já pactuaram com a Secretaria da Mulher e, me parece, que 200 prefeitos. É importante, prestem atenção, nós temos quase 6 mil prefeituras no Brasil e apenas 200 prefeituras pactuaram. Agora, vai ter a Marcha dos Prefeitos. Então, da mesma forma que os prefeitos vêm para cá com a pauta de reivindicação, é importante que as deputadas adentrem à Marcha dos Prefeitos pedindo uma reivindicação para eles fazerem os acordos com as mulheres.

Bem, quais são os objetivos que nós queremos atingir, que é uma coisa importante? Por exemplo, nós queremos trabalhar com a possibilidade de ampliação da participação das mulheres no Pronaf para 35%. Nós queremos trabalhar para aumentar em 30% o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada. Aí, vocês percebem que não é um problema de lei. Vocês percebem que é um problema nosso contra as empregadas domésticas. É um problema mais delicado. É um problema de um amplo segmento da sociedade brasileira – setores médios, setores médios altos, setores médios ricos e rico, rico – que tem empregada doméstica e que não registra em carteira, que não faz as coisas direito. A lei já existe, o que nós precisamos agora é um trabalho forte de convencer essas pessoas de que é mais saudável para a sua relação com a sua empregada e para o País se ele cumprir com todos os requisitos que precisa cumprir, como se estivesse contratando uma funcionária de verdade e não um quebra galho. Esse é um dado que é muito mais de cabeça do que de lei. Portanto, muito trabalho e muita conscientização.

Reservar pelo menos 30% das vagas nas frentes de trabalho do PAC de infra-estrutura e saneamento básico para mulheres. Essa é uma novidade, companheira Dilma e companheira Nilcéa, que pode ser trabalhada. As obras do PAC todas estão agora ou em contratação, ou em licitação. Então, é muito importante que a gente consiga duas coisas. Primeiro, que as empresas que estão contratando, contratem os trabalhadores do local, da cidade. É uma coisa importante. E que, dentre essas contratações, que se contrate o maior número



de mulheres possível. Porque acabou-se o tempo... Esses dias eu fui a uma fábrica aí e fiquei assustado porque eu vi um monte de meninas de 17, 18 anos aprendendo a ser soldadora. No tempo em que eu era dirigente sindical, soldador era trabalho de homem e insalubre. Portanto, nem pensar na mulher pegar em uma máscara para poder soldar.

Obviamente que eu fui a Pernambuco outro dia e vi lá as mulheres aprendendo a colocar tijolo, vi as mulheres aprendendo a colocar azulejo, a levantar as casas daquela favela de Casa... Não é de Casa Amarela, eu não sei de onde é, na primeira visita que nós fizemos a Recife depois das eleições de 2002. Então, é muito importante que a gente conscientize os empresários também para que eles contratem lá e que os governos estaduais e municipais contribuam para que a gente possa ajudar na formação e na qualificação profissional daquelas pessoas.

Outro dia, o governo do Rio de Janeiro abriu uma inscrição para que as pessoas das favelas Rocinha, Complexo do Alemão e Manguinhos se inscrevessem. Parece que foram 14 mil pessoas, mas aí apareceu um repórter lá, porque tinha uma fila, e o repórter foi indignado perguntar para a mulher: Mas a senhora não está bronqueada porque está nesta fila há muito tempo? A mulher falou: Meu filho, eu estou desempregada há tanto tempo, agora que tem uma fila para arrumar emprego você vem dizer para eu falar mal da fila?

Bem, formar 120.000 profissionais de educação nas temáticas de gênero, raça, etnia e sexualidade, ampliar em 10% a frequência de mulheres negras no ensino superior, reduzir em 15% a razão de mortalidade materna, tornar os métodos anticoncepcionais disponíveis em 100% dos serviços de saúde, expandir e melhorar as condições de atendimento no Ligue 180, ou seja, se nós atendemos 200.000 em 2007, é preciso que a gente trabalhe cada vez mais para que a gente possa ter, não um número fixo, mas que todas as pessoas que se sintam prejudicadas e agredidas possam ter a confiança de ligar para o 180 e serem atendidas.



Incentivar a criação de organismos de políticas para as mulheres nos municípios com mais de 100.000 habitantes, era preciso criar em todos porque, às vezes, o problema não está no município de 100, está no município de 10, de 15, de 5. Acho que era importante a gente tentar... quem sabe seja peça do seu discurso ou do meu discurso na Marcha dos Prefeitos ou do discurso do Arlindo, ou quem sabe, vocês peçam lá um direito à bancada junto com a Secretaria, procurem a Frente Nacional de Prefeitos e falam: Nós queremos ter um espaço na Frente Nacional de Prefeitos, junto com as prefeitas, que também são muitas, que estarão lá para que a gente possa reivindicar uma nova ação dos prefeitos no combate à violência contra as mulheres e no cumprimento do II Plano.

Quero lembrar aqui um dos 10 principais objetivos do governo estabelecido no Plano Plurianual 2008-2011, que é o de fortalecer a democracia com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantias dos direitos humanos. Essa é a tarefa que nos cabe. Tenho certeza de que vamos cumpri-la integralmente, com a participação cada vez maior dos governos estaduais e municipais e de toda a sociedade.

Eu penso que todo mundo aqui, todo mundo aqui, Marta Suplicy - que já nos anos 80, aparecia como grande defensora dos direitos das mulheres em um programa chamado TV Mulher, na Rede Globo de Televisão - até a mais antiga militante, todo mundo sabe que nós já avançamos bastante, mas todo mundo sabe que ainda tem uma Muralha da China a percorrer para que a gente crie um mundo efetivamente justo, socialmente partilhado e socialmente igualitário entre os direitos do homem e da mulher. Nós já conseguimos na Constituição. A Constituição não tem problema, ela está aí. Quem lê a Constituição brasileira em qualquer lugar do mundo vai falar: este país é o país mais extraordinário do planeta. Agora, entre a Constituição e a prática tem uma diferença de séculos, que é o resultado da tradição, da subordinação a que a mulher foi submetida



Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República

durante séculos e séculos como cidadã de segunda classe.

Esse tempo acabou e agora nós precisamos consagrar o que nós conquistamos durante esses anos. Por isso que o Dia Internacional das Mulheres, dia 8 de março, que nós estamos comemorando antecipadamente aqui, que vai ter o discurso da nossa companheira Nilcéa, seja coroado de novas conquistas para as mulheres do Brasil e do mundo.

Um abraço e boa sorte.

(\$211A)